

Auditoria vai apurar irregularidades no Inca

ELAINE RODRIGUES

A pedido do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro, o Ministério da Saúde decidiu abrir auditoria para investigar denúncias de irregularidades administrativas e malversação de recursos no Instituto Nacional do Câncer (Inca) e na Fundação Ary Frauzino para Pesquisa e Controle do Câncer.

A crise no Instituto veio à tona depois que o conselho curador da Fundação afastou a presidente Maria Manuela Alves dos Santos, em razão de divergências sobre a aplicação de recursos da instituição. Pressionada pelos funcionários do Inca, que reivindicavam o cumprimento de compromissos de melhoria salarial assumidos pelo diretor do Inca, Marcos Moraes, Maria Manuela havia tornado público o balancete da Fundação.

Fim de campanha prejudicou Instituto

Com a extinção da campanha nacional de combate ao câncer, na gestão do ex-ministro da Saúde Alcení Guerra, o Inca assumiu o papel de coordenador do programa nacional de prevenção da doença.

No Rio, a direção do hospital passou a ser responsável também pelo funcionamento do Hospital de Oncologia, do Inamps, e do Hospital das Pioneiras Sociais, em Vila Isabel.

Apesar de ter ampliado sua área de atuação, o Inca foi prejudicado pela extinção da campanha, devido ao achatamento salarial dos funcionários, decorrente da medida.

No início do ano passado, a Fundação pareceu, aos funcionários, a saída para a crise, uma vez que eles passariam a ter complementação através dos recursos por ela arrecadados — não só do Ministério da Saúde, como junto à iniciativa privada ou através de convênios, como faz a Fundação Zerbini, do Incor.

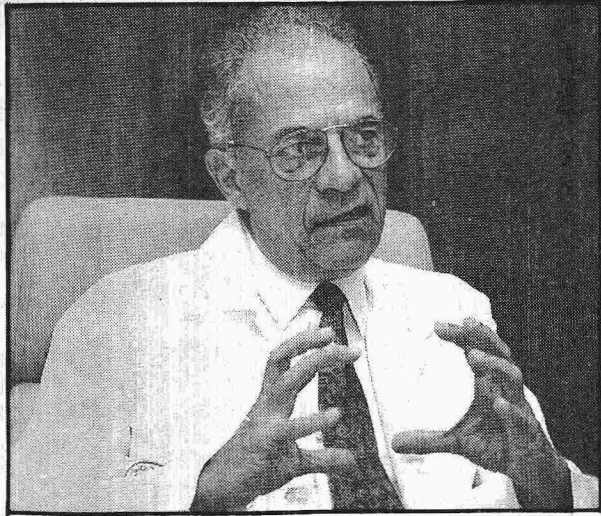
Para viabilizar o aumento da arrecadação, a Fundação contratou, em setembro, a empresa AIH — Assessoria e Informática em Hospitais — que tem, na direção, o ex-ministro da Saúde Seigo Tsuzuki, um dos responsáveis pela implantação da Fundação Zerbini. Embora tenha assinado um contrato de risco — em que condicionava o recebimento de Cr\$ 423 milhões ao aumento da arrecadação — a empresa acabou se tornando um dos pilôs da crise, ao entregar um relatório apontando desvios administrativos no Inca.

Enganos graves nos prontuários

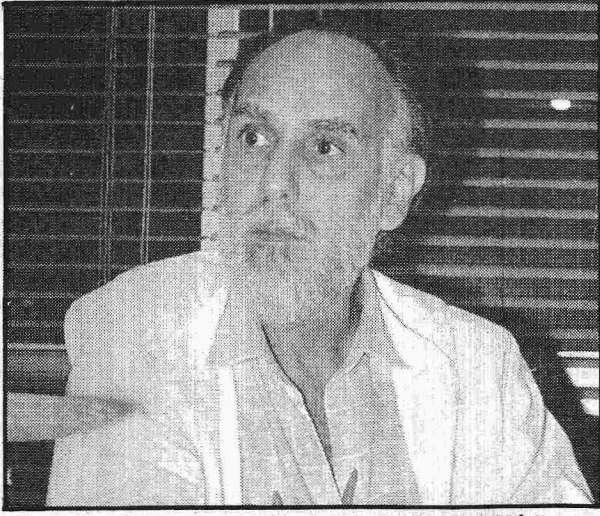
Convidada para o cargo pelo diretor do Inca, Marcos Moraes, a ex-secretária estadual de Saúde Maria Manuela Alves dos Santos ficou menos de quatro meses na presidência da Fundação Ary Frauzino — o suficiente, porém, para conseguir a assinatura do convênio entre a instituição e o Ministério da Saúde, para repasse dos recursos provenientes da AIH. Ao ser destituída, em 3 de novembro, Maria Manuela entregou um relatório, distribuído na assembléia dos funcionários, em que aponta irregularidades na administração do Inca.

Um dos exemplos citados foi a constatação de que 70% dos prontuários do Instituto não eram preenchidos irregularmente. Ao analisar os prontuários, para cobrança da AIH, foram constatados enganos graves, tais como troca de óbitos, óbitos com data anterior ao falecimento, pacientes que ficaram internados mais de 20 dias esperando uma operação — e que acabaram não sendo operados devido “ao adiantado da hora” ou porque se verificou que tinham hipotireoidismo. Houve até um caso de um paciente que, depois de 20 dias internado, desistiu da operação e preferiu fazer a cirurgia em outro local.

Em resposta às denúncias feitas no relatório, o diretor do Inca acusou a ex-presidente de ter contratado funcionários para trabalhar na Fundação sem autorização do Conselho de Curadores da Fundação, o que Maria Manuela desmentiu.



Marcos Moraes: diretor do Instituto Nacional do Câncer



Luís Tenório: presidente do Sindicato dos Médicos

O episódio detonou uma série de denúncias, algumas comprovadas com documentos entregues ao presidente do Sindicato dos Médicos, Luís Tenório. Em assembléia realizada no último dia 12, os funcionários pediram

a abertura de uma auditoria, autorizada pelo Ministro Jamil Haddad na quarta-feira passada. O principal alvo das denúncias é a Fundação Ary Frauzino, criada há um ano e nove meses com o objetivo de criar mecanismos pa-

ra equiparar o Inca ao Incor, de São Paulo.

No entanto, os procedimentos adotados pela Fundação, segundo denunciaram os funcionários, estão aquém dos que tornaram o

Incor um modelo de eficiência e agilidade administrativa. A começar pelo fato de a sede do Ary Frauzino ter funcionado, até 5 de novembro, na consultório de Marcos Moraes, em Botafogo. Outra irregularidade diz respeito à constituição da Fundação, formada por quatro membros em caráter vitalício: o próprio Marcos Moraes, a coordenadora do Inca, Magda Côrtes Rodrigues Rezende, e os médicos Jayme Brandão de Marsillac e Úlpio Paulo de Miranda.

Através de convênio com o Ministério, a Fundação passou a receber os pagamentos de Autorização de Internação Hospitalar (AIH) do Inca a partir de julho deste ano. A auditoria, segundo Luís Tenório, deverá analisar a utilização dos recursos públicos que estão sendo passados para a Fundação — que tem hoje cerca de Cr\$ 20 bilhões em caixa, dinheiro quase todo oriundo de repasses do Ministério.